

VRental Locação de Máquinas e Equipamentos S.A.

Demonstrações contábeis acompanhadas do relatório do auditor independente nº 243P7-029-PB

Em 31 de dezembro de 2023



Índice

	Página
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	3
Demonstrações contábeis	7
Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023	14

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.

Av. Iguaçu, 418 - Sala 1404
Petrópolis, Porto Alegre (RS) Brasil

T +55 51 3500-8473

Aos Acionistas e Administradores da
VRental Locação de Máquinas e Equipamentos S.A.
Recife – PE

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da VRental Locação de Máquinas e Equipamentos S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da VRental Locação de Máquinas e Equipamentos S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria (PAA)

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Determinamos que o assunto descrito a seguir é o principal assunto de auditoria a ser comunicado em nosso relatório.

Reconhecimento de receita de prestação de serviços de locação de máquinas

Motivo pelo qual o assunto foi considerado um principal assunto de auditoria

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 3.1 – Reconhecimento de receita e Nota Explicativa nº 13 – Receita operacional líquida, a Companhia possui receita majoritariamente derivada da prestação de serviços de locação de máquinas. Os dados para reconhecimento da receita não são obtidos e processados de através de ferramentas sistêmicas. Tal procedimento requer controles robustos da administração para **(i)** apuração do ajuste da receita entre o período efetivo da prestação do serviço de locação e a data de emissão do documento fiscal e reconhecimento contábil, evidências dos serviços prestados entre outros procedimentos e **(ii)** certificação dos valores a serem reconhecidos em consonância com os contratos pactuados e demais documentos que suportam os valores a serem registrados.

O monitoramento desse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria devido à relevância dos montantes envolvidos em relação às demonstrações contábeis e aos potenciais impactos ao resultado do exercício, além das dificuldades operacionais geradas pelo volume de operações e controles manuais para reconhecimento da receita de prestação de serviços de locação de máquinas.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: **(a)** entendimento dos processos internos da Companhia para mensuração e reconhecimento das receitas de prestação de serviço de locação; **(b)** verificação, em base amostral, dos documentos suporte relacionados ao reconhecimento da receita (contratos, notas fiscais, medições, comprovantes de recebimento e outro); **(c)** avaliação da adequação dos procedimentos utilizados pela administração para realização do corte da receita de locação no fechamento do exercício e; **(d)** análise das políticas de reconhecimento de receita de prestação de serviços de locação de máquinas e das divulgações nas demonstrações contábeis realizadas pela Companhia, com o objetivo de avaliar a conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS).

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos que são razoáveis as premissas e metodologia utilizadas pela Companhia para a mensuração e o reconhecimento da receita de prestação de serviços de locação de máquinas, estando as informações apresentadas nas demonstrações contábeis consistentes com as informações analisadas em nossos procedimentos de auditoria no contexto daquelas demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se esta demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de opinião de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança sobre as demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressar opinião sobre e eficácia dos controles internos da Empresa;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; e
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época da auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras dos exercícios e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Porto Alegre, 26 de março de 2024

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC RS-006.086/F-0



Romeu Sabino da Silva
Contador CRC 1RS-071.263/O-0

VRental Locação de Máquinas e Equipamentos S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
ATIVO			
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	60.057	100.444
Aplicações financeiras	5	-	4.394
Contas a receber de clientes	6	52.967	32.649
Estoques	-	4.122	999
Tributos a recuperar	7	5.948	2.079
Crédito de consórcio	8	11.410	-
Outros ativos	-	5.269	1.866
Total do ativo circulante		139.773	142.431
Ativo não circulante			
Realizável a longo prazo			
Aplicações financeiras	5	8.865	103
Tributos diferidos	19	17.938	4.324
Imobilizado	9	690.714	605.760
Direito de uso - arrendamentos	13	10.727	722
Intangível	-	1.194	3
Total do ativo não circulante		729.438	610.912
Total do ativo		869.211	753.343

As notas explicativas são parte integrante destas informações contábeis.

VRental Locação de Máquinas e Equipamentos S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Passivo circulante			
Fornecedores	10	9.873	36.736
Empréstimos e financiamentos	11	189.820	152.824
Arrendamentos a pagar	13	3.310	612
Obrigações sociais e trabalhistas	-	3.034	908
Tributos a recolher	-	2.697	2.224
Outros passivos	-	2.598	1.833
Total do passivo circulante		<u>211.332</u>	<u>195.137</u>
Passivo não circulante			
Empréstimos e financiamentos	11	440.752	336.858
Arrendamentos a pagar	13	7.488	372
Instrumentos financeiros derivativos	12	9.602	-
Total do passivo não circulante		<u>457.842</u>	<u>337.230</u>
Patrimônio líquido			
Capital social	15	229.641	229.641
Reserva de capital	-	2	2
Prejuízos acumulados	-	(35.225)	(8.667)
Adiantamento para futuro aumento de capital		5.619	-
Total do patrimônio líquido		<u>200.037</u>	<u>220.976</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>869.211</u>	<u>753.343</u>

As notas explicativas são parte integrante destas informações contábeis.

VRental Locação de Máquinas e Equipamentos S.A.

Demonstrações dos resultados em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Receita líquida de locação	16	233.101	89.709
Custo de locação	17	(133.584)	(47.959)
Lucro bruto		99.517	41.750
Despesas com vendas		(12.048)	(3.510)
Despesas gerais e administrativas		(27.579)	(13.908)
Outras receitas operacionais		4.904	531
Receitas (despesas) operacionais	17	(34.723)	(16.887)
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro		64.794	24.863
Receitas financeiras		11.995	7.096
Despesas financeiras		(116.962)	(42.562)
Resultado financeiro	18	(104.967)	(35.466)
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social		(40.173)	(10.603)
Imposto de renda e contribuição social Diferidos	19	13.615	3.511
Prejuízo do período		(26.558)	(7.092)
Resultado por ação (em R\$)		(0,85)	(0,33)

As notas explicativas são parte integrante destas informações contábeis.

VRental Locação de Máquinas e Equipamentos S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Prejuízo do período	(26.558)	(7.092)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente	<u>(26.558)</u>	<u>(7.092)</u>

As notas explicativas são parte integrante destas informações contábeis.

VRental Locação de Máquinas e Equipamentos S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social							Adiantamentos para futuro aumento de capital	Total
	Notas	Subscrito	A integralizar	Custo com transações de capital	Capital social	Reserva de capital	Prejuízos acumulados		
Saldos em 31 de dezembro de 2021		20.000	(16.300)	-	3.700	-	(1.575)	2.300	4.425
Subscrição e integralização de capital	14	215.167	16.300	-	231.467	-	-	-	231.467
Integralização de capital		1.700	-	-	1.700	-	-	-	1.700
Custo com transação de capital		-	-	(9.526)	(9.526)	-	-	-	(9.526)
Reserva de alienação de bônus subscrito		-	-	-	-	2	-	-	2
Adiantamento para futuro aumento de capital		2.300	-	-	2.300	-	-	(2.300)	-
Prejuízo do período	-	-	-	-	-	-	(7.092)	-	(7.092)
Saldos em 31 de dezembro de 2022		<u>239.167</u>	<u>-</u>	<u>(9.526)</u>	<u>229.641</u>	<u>2</u>	<u>(8.667)</u>	<u>-</u>	<u>220.976</u>
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	-	-	-	-	-	5.619	5.619
Prejuízo do período		-	-	-	-	-	(26.558)	-	(26.558)
Saldos em 31 de dezembro de 2023		<u>239.167</u>	<u>-</u>	<u>(9.526)</u>	<u>229.641</u>	<u>2</u>	<u>(35.225)</u>	<u>5.619</u>	<u>200.037</u>

As notas explicativas são parte integrante destas informações contábeis.

VRental Locação de Máquinas e Equipamentos S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	31/12/2023	31/12/2022
Atividades operacionais			
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	-	(40.173)	(10.603)
Ajustes para reconciliar o lucro ao caixa:	-		
Provisão para perdas esperadas com créditos	-	4.922	101
Encargos financeiros com empréstimos/financiamentos	11	98.693	39.119
Variações de instrumentos financeiros derivativos	-	4.562	-
Ajuste a valor presente de arrendamentos	-	-	309
Apropriação de encargos financeiros de arrendamento	13	942	-
Resultado da venda de imobilizado	-	(516)	1.403
Variações cambiais e monetárias líquidas	11	608	5.572
Amortização de direito de uso	13	2.047	507
Depreciação e amortização	9	97.121	28.485
Variação de ativos e passivos	-		
Contas a receber de clientes	-	(25.240)	(31.546)
Estoques	-	(3.123)	(968)
Tributos a recuperar	-	(3.869)	(2.024)
Crédito de consórcio	-	(11.410)	-
Outros ativos e passivos	-	(2.635)	259
Fornecedores	-	(27.998)	23.641
Obrigações sociais e trabalhistas	-	2.126	783
Tributos a recolher	-	473	2.183
Partes relacionadas	-	-	(270)
Recebimento pela venda de seminovos (imobilizado)	-	7.705	5.287
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	-	104.235	62.238
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Aplicação financeira	-	(4.368)	(192)
Aquisição de imobilizado	9	(187.969)	(575.999)
Aquisição de intangível	-	(1.350)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	-	(193.687)	(576.191)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Captação de empréstimos e financiamentos	11	323.487	631.426
Pagamento de principal de empréstimos e financiamentos	11	(185.774)	(205.642)
Pagamento de juros de empréstimos e financiamentos	11	(96.124)	(29.517)
Pagamento de arrendamento principal e juros	-	(3.183)	(554)
Pagamento de instrumentos financeiros derivativos	-	(1.403)	-
Recebimento de instrumentos financeiros derivativos	-	6.443	-
Caixa decorrente da integralização de capital social	15	-	223.643
Pagamento de custo de transação de capital	-	-	(6.947)
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	5.619	-
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	-	49.065	612.409
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa		(40.387)	98.456
No início do período	-	100.444	1.988
No final do período	-	60.057	100.444
Aumento (redução) no caixa e equivalentes a caixa		(40.387)	98.456

As notas explicativas são parte integrante destas informações contábeis.

VRental Locação de Máquinas e Equipamentos S.A.

Demonstrações do valor adicionado em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Receitas		
Receita bruta de prestação de serviços deduzida de descontos	248.080	92.724
Receita de venda de seminovos	7.705	5.494
Outras receitas	4.904	531
Devoluções	(85)	-
Perda estimada na realização de créditos de liquidação duvidosa	(4.922)	(101)
Total	<u>255.682</u>	<u>98.648</u>
Insumos adquiridos de terceiros		
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(39.704)	(12.844)
Custos dos serviços vendidos	(17.407)	(6.209)
Custo de venda de seminovos	(7.189)	(5.293)
Total	<u>(64.300)</u>	<u>(24.346)</u>
Valor adicionado bruto	<u>191.382</u>	<u>74.302</u>
Depreciação e amortização	(78.933)	(28.486)
Amortização direito de uso	(1.887)	(507)
Provisão para baixa de imobilizado	-	(1.403)
Valor adicionado líquido gerado	<u>110.562</u>	<u>43.906</u>
Receitas financeiras	11.995	7.096
Valor adicionado total a distribuir	<u>122.557</u>	<u>51.002</u>
Distribuição do valor adicionado		
Tributos Federais	8.984	4.999
Pessoal e encargos	23.169	9.325
Juros e aluguéis	112.400	43.770
Perda em operações com derivativos	4.562	-
Prejuízo do Período	(26.558)	(7.092)
Valor adicionado distribuído	<u>122.557</u>	<u>51.002</u>

As notas explicativas são parte integrante destas informações contábeis.

Notas explicativas da administração às informações contábeis para o período findo em 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A VRental Locação de Máquinas e Equipamentos S.A. (“Companhia”) tem como principal atividade a locação de máquinas e equipamentos para construção, manutenção e reparação de máquinas e equipamentos e aluguel de máquinas e equipamentos agrícolas. A Companhia é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 30 de março de 2021, e entrou em operação em abril, estando sediada na cidade de Recife – PE.

A Diretoria da Companhia aprovou a conclusão destas informações contábeis em 26 de março de 2024.

2. Base de preparação e apresentação das informações contábeis

2.1. Base para preparação das informações contábeis

As informações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnica – Geral (NBC TG) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards – IFRS*) emitidas pelo *International Accounting Standard Board – IASB*.

As informações contábeis foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das informações contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, apoiadas no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas informações contábeis. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e do ativo intangível, análises quanto às suas recuperabilidades nas operações, avaliação do valor justo de ativos e passivos financeiros, assim como a análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas informações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A administração da Companhia revisa suas estimativas e premissas contábeis anualmente.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As *International Financial Reporting Standards* (IFRS) não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das informações contábeis.

2.2. Declaração de relevância

Todas as informações relevantes às informações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração em sua gestão das atividades da Companhia e suas controladas, conforme Orientação Técnica OCPC 07.

2.3. Declaração de continuidade

A administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que elas possuem recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas informações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade normal das atividades operacionais da Companhia.

2.4. Base de mensuração

As informações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto quando de outra forma indicado.

2.5. Moeda funcional e moeda de apresentação

As informações contábeis são apresentadas com valores em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Em todas as informações contábeis apresentadas em Reais, os valores foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3. Sumário das principais práticas contábeis

3.1. Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como a gente ou principal e, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, também é satisfeito antes de haver reconhecimento de receita:

Receita de serviços

A receita de serviços é reconhecida com base na evolução dos serviços prestados de acordo com os respectivos contratos, observando-se o regime de competência.

Receitas de aluguel

A Companhia registra suas receitas com base no regime de competência. Suas operações com locação de equipamentos tem o valor estabelecido no contrato de aluguel e a receita é reconhecida na proporção do andamento do serviço, conforme definido em contrato, independentemente da forma de recebimento.

Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, classificados como disponíveis para venda, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

Receita de venda de máquinas e equipamentos

A receita de venda de máquinas, equipamentos e caminhões é uma atividade acessória e complementar à atividade de locação de equipamentos. A Companhia vende equipamentos seminovos e usados diretamente ou por meio de seus parceiros. A receita de venda de ativos é reconhecida quando se transfere o controle do ativo para o cliente, geralmente na entrega dos produtos.

3.2. Tributos

Imposto de renda e contribuição social – correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço. Atualmente, as provisões para imposto de renda e contribuição social foram constituídas às alíquotas de 15%, mais adicional de 10%, e 9%, respectivamente, sobre o lucro contábil, ajustado pelas adições e exclusões admitidas.

Imposto de renda e contribuição social – diferido

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, somente na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se tornam prováveis que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que são esperadas a serem aplicáveis no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, baseado nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço. Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeita à mesma autoridade tributária.

Tributos sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos tributos sobre vendas, exceto:

- Quando os tributos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o tributo sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; e
- Valores a receber e a pagar apresentados juntos com o valor dos tributos sobre vendas.

O valor líquido dos tributos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

3.3. Instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

i) **Ativos financeiros**

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros. Todos os ativos financeiros são reconhecidos a valor justo, acrescido, no caso de ativos financeiros não contabilizados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que são atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

- Ativos financeiros ao custo amortizado;
- Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumuladas (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes sem reclassificação de ganhos e perdas acumuladas no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e
- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

A Companhia não possui ativos financeiros classificados nas categorias de ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumuladas (instrumentos de dívida) e ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes sem reclassificação de ganhos e perdas acumuladas no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais).

Ativos financeiros ao custo amortizado

A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas:

- O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e
- Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem caixa e equivalentes de caixa e contas a receber de clientes.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo.

Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócios.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

Os ativos financeiros da Companhia classificados valor justo por meio do resultado incluem aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativo.

Desreconhecimento (baixa)

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado principalmente quando: os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; a Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de repasse; e **(a)** a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, ou **(b)** a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiram o controle sobre o ativo.

Redução do valor recuperável de ativos financeiros (inclui a provisão para perdas ao valor recuperável de contas a receber de clientes)

As exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, são provisionadas como resultado de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda de crédito esperada de 12 meses).

Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência (uma perda de crédito esperada vitalícia). Esta metodologia é aplicável aos instrumentos financeiros classificados como custo amortizado.

Para as contas a receber de clientes, dada a natureza de curto prazo dos recebíveis da Companhia, não foi identificado nenhum impacto relevante que pudesse afetar suas informações contábeis, pela adoção do CPC 48.

Para os demais ativos financeiros passíveis de análise de redução ao valor recuperável não foi reconhecida nenhuma perda esperada no período findo em 31 de dezembro de 2023, pois de acordo com a avaliação da Companhia, além do risco associado ser baixo, não há histórico de perdas. Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais.

ii) Passivos financeiros

Passivos financeiros são classificados, como reconhecimento inicial, como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado, ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos e contas a pagar, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos.

Mensuração subsequente

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos.

Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Desreconhecimento (baixa)

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecido na demonstração do resultado.

3.4. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa, uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

3.5. Contas a receber de clientes

Estão apresentadas a valores de realização. A Companhia contabiliza provisão para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa em montante considerado suficiente pela administração para os créditos cuja recuperação é considerada duvidosa.

3.6. Estoques

Os estoques referem-se, basicamente, ao almoxarifado de peças e são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado pelo método de custo médio. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado para o curso normal dos negócios, deduzidos os custos de execução e as despesas de venda.

3.7. Imobilizado

São apresentados ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. O referido custo inclui o custo de reposição de parte do imobilizado e custos de empréstimo de projetos de construção de longo prazo, quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma inspeção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos imobilizados é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil, de acordo com as taxas divulgadas na Nota Explicativa nº 9.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outros ganhos (perdas), líquidos" na demonstração do resultado.

Ativos mantidos por meio de arrendamento são depreciados pela vida útil esperada da mesma forma que os ativos próprios ou por um período inferior, se aplicável, conforme termos do contrato de arrendamento em questão.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

3.8. Intangível

Está demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada. É composto por direitos de uso de softwares e seus custos de implantação.

3.9. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

3.10. Arrendamentos

Para os arrendamentos, a Companhia na qualidade de arrendatária, reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. A Companhia reconhece a partir de 1º de janeiro de 2022 ativos e passivos para seus arrendamentos operacionais. A natureza das despesas relacionadas a estes arrendamentos muda porque a Companhia passa a reconhecer uma depreciação de ativos de direito de uso e despesa financeira sobre obrigações de arrendamento.

3.11. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, e são, subsequentemente, demonstrados pelo valor de custo amortizado. A metodologia do cálculo para cada empréstimo segue as condições particulares de cada contrato, utilizando o método da taxa efetiva de juros. As taxas e tributos pagos para contratação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação do empréstimo, e são registrados na rubrica despesas financeiras pela taxa efetiva de juros. A administração controla mensalmente os saldos de cada dívida através de controles gerenciais, no qual atualiza os indicadores financeiros (taxas de juros) conforme acordado em cada contrato.

3.12. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia não é parte em ações judiciais e processos administrativos perante alguns tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. Assim, a Companhia não possui contingências em 31 de dezembro de 2023 e, portanto, nenhuma provisão para perdas foi reconhecida em 2023.

3.13. Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que benefícios econômicos futuros dele provenientes serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

3.14. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativos

Julgamentos

A preparação das informações da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das informações contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas informações contábeis.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro são discutidas a seguir.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e a taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Tributos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos, ao valor e à época de resultados tributáveis futuros. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercado ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

3.15. Novas normas e interpretações

Recentemente, foram emitidas novas normas e interpretações contábeis, os quais entrarão em vigência somente a partir de 1º de janeiro de 2023. As principais normas alteradas são:

- i) Alteração IAS 1 – Apresentação das demonstrações contábeis: Trata da classificação de passivos financeiros e os mecanismos que a entidade deve deter para assegurar que tais passivos não serão liquidados dentro de 12 meses, bem como aspectos de divulgação em notas explicativas.
- ii) Alteração IAS 1 e IFRS Practice Statement 2 – Divulgação de políticas contábeis: Trata das divulgações de políticas contábeis materiais ao invés de políticas contábeis significativas. As alterações definem o que é informação de política contábil material.
- iii) Alteração IAS 8 – Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro: A alteração esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis (comumente com aplicações retrospectivas em transações passadas) de mudanças nas estimativas contábeis (aplicação prospectiva nas transações futuras).
- iv) Alteração IAS 12 – Tributos sobre o lucro: obriga as entidades a reconhecerem o imposto diferido em transações que, no reconhecimento inicial, podem dar origem a montantes iguais de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis.

A Companhia não adotou antecipadamente nenhuma norma e não espera que estas normas gerem impacto material nas demonstrações contábeis de exercícios sociais subsequentes.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2023	31/12/2022
Banco conta movimento	390	22.496
Aplicações financeiras	59.667	77.948
Total	60.057	100.444

Os saldos registrados como caixa e equivalentes de caixa referem-se aos depósitos e às aplicações financeiras de liquidez imediata, sem um prazo estabelecido para o resgate, podendo esse ser efetuado a qualquer momento, sem perdas significativas de rendimentos, remunerados a uma taxa média de 100% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

5. Aplicações financeiras

As aplicações financeiras classificadas no ativo não circulante somam R\$ 8.865 (R\$ 4.497 em 31 de dezembro de 2022), remunerados a 100% da taxa referencial.

Tais aplicações são compostas por fundos de renda fixa de baixo risco e sem liquidez imediata.

6. Contas a receber de clientes

	31/12/2023	31/12/2022
Cientes a receber	33.811	12.713
Cientes a faturar (i)	24.174	20.037
Provisão para perdas esperadas com créditos	(5.018)	(101)
Total	52.967	32.649

(i) Receita reconhecida por competência, em função da obrigação de desempenho ter sido cumprida, mas que ainda não houve emissão de fatura ao cliente.

A seguir, estão demonstrados os saldos de contas a receber por idade de vencimento:

	31/12/2023	31/12/2022
A vencer	41.368	30.100
Vencidos		
Até 30 dias	8.427	2.109
31 a 60 dias	2.198	344
61 a 180 dias	1.631	95
A partir de 181 dias	4.361	102
Total	57.985	32.750

A movimentação da provisão para perdas esperadas com créditos está demonstrada a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	(101)	-
Constituição	(5.275)	(101)
Reversão	358	-
Saldo final	(5.018)	(101)

A Provisão para perdas de crédito esperadas foi calculada com base na análise de risco das operações de crédito que, dentre outros fatores, contempla o histórico de perdas, a situação individual dos clientes, as garantias reais para os débitos e, quando aplicável, a avaliação dos assessores jurídicos.

7. Tributos a recuperar

	31/12/2023	31/12/2022
IRRF a recuperar – aplicação financeira	5.941	1.583
PIS a recuperar	1	101
Cofins a recuperar	6	395
Total	5.948	2.079

8. Créditos de consórcio

	31/12/2023	31/12/2022
Crédito de consórcio	11.410	-
Total	11.410	-

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possuía cotas de consórcio, para financiar parte da compra das máquinas e equipamentos.

9. Imobilizado

	Máquinas e equipamentos	Veículos	Ferramentas oficina	Móveis, utensílios e instalações	Computadores e periféricos	Imobilizado em andamento	Total
Taxa de depreciação média a.a. %	7% a 14%	20%	20%	10% a 20%	20%	-	
Custo acumulado	66.044	-	33	-	125	-	66.202
Depreciação acumulada	(1.706)	-	(7)	-	(1)	-	(1.714)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	64.338	-	26	-	124	-	64.488
Adições	581.387	-	457	236	257	-	582.337
Baixas	(5.287)	-	-	-	-	-	(5.287)
Impairment	(1.403)	-	-	-	-	-	(1.403)
Depreciação	(34.279)	-	(46)	(10)	(40)	-	(34.375)
Custo acumulado	640.741	-	490	236	382	-	641.849
Depreciação acumulada	(35.985)	-	(53)	(10)	(41)	-	(36.089)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	604.756	-	437	226	341	-	605.760
Adições (1)	157.464	22.630	664	162	587	7.597	189.104
Baixas	(7.189)	-	-	-	-	-	(7.189)
Transferências	(55.185)	65.513	-	-	-	(10.328)	-
Depreciação	(85.760)	(10.892)	(187)	(19)	(103)	-	(96.961)
Custo acumulado	735.831	88.143	1.154	398	969	(2.731)	823.764
Depreciação acumulada	(121.745)	(10.892)	(240)	(29)	(144)	-	(133.050)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	614.086	77.251	914	369	825	(2.731)	690.714

(1) Do total das adições do período R\$ 1.135, é efeito não caixa, referem-se às obrigações a pagar de fornecedores.

Descrição dos ativos

Os equipamentos de locação, classificadas no grupo de máquinas e equipamentos, podem ser resumidos como: escavadeira, retroescavadeira, motoniveladora, trator de esteiras e trator agrícola.

Ativos dados em garantia de empréstimo, financiamentos e outras obrigações

Em 31 de dezembro de 2023, os bens do ativo imobilizado que foram oferecidos em garantia em operações de empréstimos, financiamentos e arrendamentos totalizaram R\$ 652.367 à valor residual (R\$ 493.058 em 31 de dezembro de 2022).

Depreciação

As máquinas e equipamentos das atividades de locação possuem uma idade média aproximada de 8 anos.

Segundo estudos elaborados pelos técnicos da Companhia a depreciação média anual é de 14% para escavadeiras, 10% para retroescavadeiras, 10% para motoniveladoras, 10% para trator de esteira, 13% para trator agrícola, pá carregadeiras e rolo compactador sendo definido a partir do ano de 2022. Para a avaliação da vida útil, o referido estudo levou em consideração o valor residual esperado na data da venda prevista.

Teste ao valor recuperável dos ativos imobilizados

O ativo imobilizado tem o seu valor recuperável analisado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. No período findo em 31 de dezembro de 2023, não foram identificados indicadores de perda de valor do ativo imobilizado.

Baixas e vendas dos ativos imobilizados

A Companhia tem parte de sua receita proveniente da venda de máquinas e equipamentos do ativo imobilizado, que no momento da efetivação da venda são transferidos do ativo para uma conta de estoque de seminovos para revenda e em seguida reconhecidos como custos operacionais da venda de seminovos. A depreciação sobre os ativos vendidos cessa no momento da transferência para o estoque de seminovos, que é imediatamente seguida da concretização da venda, pela entrega dos produtos.

10. Fornecedores

	31/12/2023	31/12/2022
Fornecedores nacionais	7.107	33.409
Fornecedores - partes relacionadas (Nota Explicativa nº 14)	2.766	3.327
Total	9.873	36.736

O saldo refere-se a obrigações a pagar por bens ou serviços adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios.

11. Empréstimos e financiamentos

Modalidade	Encargos	Vencimentos	31/12/2023	31/12/2022
Empréstimos				
Banco Itaú BBA - debêntures	CDI + 6,0% a.a.	2028	323.181	211.044
Banco Itaú - prefixado	15,7% a.a.	2027	64.833	83.176
Banco Santander - prefixado	15,0% a.a.	2027	39.711	9.308
Banco Bradesco - pós-fixado	CDI + 3,5% a.a.	2026	15.142	21.291
Banco ABC - pós-fixado	CDI + 3,9% a.a.	2027	17.916	20.476
Banco Daycoval - pós-fixado	CDI + 6,75% a.a.	2028	10.492	3.626
Banco Volkswagen	17,3% a.a.	2027	15.848	18.400
Banco BTG Pactual	CDI + 4,2% a.a.	2025	112.533	122.361
Banco Votorantim	CDI + 3,97% a.a.	2027	5.009	-
Consórcios		2028	25.907	-
Total			630.572	489.682
Circulante			189.820	152.824
Não circulante			440.752	336.858

Os empréstimos e financiamentos são realizados pela modalidade pré-fixada e pós-fixada com encargos incidentes variando de 15% a 17,3% a.a. no pré-fixado e de 3,5% a 6,75% a.a. mais CDI, no pós-fixado.

Os financiamentos estão garantidos por bens do ativo imobilizado, conforme descrito na Nota Explicativa nº 9, além de aval de acionistas.

Em 21 de novembro de 2022, houve a captação de recursos provenientes da 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com montante autorizado até o limite de R\$ 250.000, valor totalmente captado até fevereiro de 2023, ao custo nominal de CDI + 6,0% ao ano e custo efetivo de CDI + 7,12% ao ano. O saldo será amortizado em parcelas semestrais consecutivas, nas respectivas datas de amortização, devidas sempre nos meses de maio e novembro de cada ano, sendo a primeira parcela devida em novembro de 2023 e a última em novembro de 2027.

Em fevereiro de 2023 ocorreu a última captação decorrente da primeira emissão de debêntures da companhia, no montante de R\$ 37.497, completando o limite total da emissão de R\$ 250.000.

Em 15 de setembro de 2023, houve a captação de recursos provenientes da 2ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com montante autorizado até o limite de R\$ 100.000, valor totalmente captado até setembro de 2023, ao custo nominal de CDI + 5,5% ao ano e custo efetivo de CDI + 7,12% ao ano. O saldo será amortizado em parcelas semestrais consecutivas, nas respectivas datas de amortização, devidas sempre nos meses de agosto de cada ano, sendo a primeira parcela devida em agosto de 2024 e a última em agosto de 2028.

A movimentação dos empréstimos e financiamentos é a seguinte:

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	489.682	55.671
Captações (i)	323.487	631.426
Encargos incorridos	98.693	39.119
Variação cambial	608	5.572
Custo de transação	(8.699)	(6.947)
Pagamento de principal	(177.075)	(205.642)
Pagamento de juros	(96.124)	(29.517)
Saldo final	630.572	489.682

(i) Captações de recursos

As principais captações da Companhia foram realizadas para aquisição de máquinas e equipamentos destinados à locação.

Em 31 de dezembro de 2023, não existem contratos de empréstimo em moeda estrangeira.

A parcela não circulante das operações contratadas tem o seguinte cronograma de amortização, por ano de vencimento:

	31/12/2023	31/12/2022
2025	196.755	203.223
2026	136.905	82.271
2027	91.005	51.364
2028	16.087	-
Total	440.752	336.858

A companhia está obrigada à observância de determinadas obrigações e restrições, sob pena de vencimento antecipado das dívidas. Tais restrições são usuais de mercado em operações como aquelas contratadas pela companhia e incluem, entre outras:

- i) Alteração de controle direto ou indireto;
- ii) Cessão, venda, alienação e/ou qualquer forma de transferência de bens integrantes do ativo imobilizado bruto da Emissora fora do curso ordinário dos negócios da companhia;
- iii) Descumprimento dos termos de garantias acordados;
- iv) Pagamento de dividendos ou quaisquer outras distribuições de lucros aos acionistas, caso a companhia esteja inadimplente com as suas obrigações pecuniárias das dívidas;
- v) Descumprimento de índice financeiro (*covenant*) medido pela relação "Dívida Líquida/EBITDA", que deve corresponder a um valor menor ou igual a **(a)** 4,00 (quatro inteiros) para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, bem como para os três primeiros trimestres encerrados ao longo do ano de 2024; **(b)** a 3,50 (três inteiros e cinquenta centésimos) para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, bem como para os três primeiros trimestres encerrados ao longo do ano de 2025; **(c)** 3,00 (três inteiros) para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, bem como para os três primeiros trimestres encerrados ao longo do ano de 2026; e **(d)** 2,50 (dois inteiros e cinquenta centésimos) para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2026, bem como para todos os trimestres subsequentes até a data de vencimento da 1ª emissão de debêntures;

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia encontrava-se adimplente com todas as condições estabelecidas nos contratos de empréstimos e financiamentos.

12. Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia utiliza instrumentos de swap, cujo valor justo é determinado a partir dos fluxos de caixa descontados baseados em curvas de mercado, para proteger a exposição ao risco de juros e inflação. Assim, foram contratadas operações de swap de taxa de juros, tendo como ponta ativa a variação do IPCA mais juros fixos e como ponta passiva a variação do CDI mais juros fixos. O resultado dos swaps é contabilizado como ganhos (perdas) com derivativos, tendo como base o seu valor justo.

Em 31 de dezembro de 2023, as características específicas dos contratos de derivativos estão assim apresentadas:

Vencimento	Posição ativa	Posição passiva	Nocional	Valor da curva			Valor de mercado		
				Posição ativa	Posição passiva	Ganho (Perda)	Posição ativa	Posição passiva	Ganho (perda)
Novembro de 2027	IPCA + 12,65% a.a.	100% CDI + 6,00% a.a.	222.222	226.884	229.440	(2.556)	251.955	261.557	(9.602)

13. Arrendamento

13.1. Direito de uso

A movimentação é apresentada a seguir:

	Imóveis	Veículos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	-	-	-
Adições/atualizações	584	645	1.229
Depreciações	(77)	(430)	(507)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	507	215	722
Adições/atualizações (i)	2.076	10.023	12.099
Depreciações	(263)	(1.784)	(2.047)
Baixas	-	(47)	(47)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	2.320	8.407	10.727

(i) Do total das adições do período R\$ 10.187 é efeito não caixa.

13.2. Passivo de arrendamento

O saldo de contas a pagar de arrendamento em 31 de dezembro de 2023, mensurados a valor presente e descontados pelas respectivas taxas de descontos são apresentados a seguir:

Natureza dos contratos	Taxa média de desconto % a.a. (1)	Vencimento final (2)	Valor presente do passivo
Imóveis	2,92%	Dezembro/2025	2.472
Veículos	1,46%	Agosto/2026	8.411
Total			10.883

A movimentação é apresentada a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2021	-
Adições	1.229
Pagamentos	(554)
Apropriação de encargos financeiros	309
Saldo em 31 de dezembro de 2022	984
Adições	12.055
Pagamentos	(3.183)
Apropriação de encargos financeiros	942
Saldo em 31 de dezembro de 2023	10.798
Circulante	3.310
Não circulante	7.488

13.2.1. Valores reconhecidos no resultado do período

A posição dos saldos é apresentada a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
Ativos de curto prazo e baixo valor	194	6
Total	194	6

13.2.2. Direito potencial de PIS/Cofins a recuperar

O quadro a seguir demonstra o direito potencial de PIS/Cofins a recuperar embutido na contraprestação de arrendamento, conforme os períodos previstos para pagamento:

Fluxos de caixa	31/12/2023		31/12/2022	
	Nominal	Ajustado a valor presente	Nominal	Ajustado a valor presente
Contraprestação a pagar	14.431	10.798	1.072	984
PIS/Cofins potencial (9,25%)	1.335	999	99	91

Para fins de atendimento ao que requer o Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 02/2019, de 18 de dezembro de 2019, o passivo de arrendamento mercantil de direito de uso foi mensurado considerando a taxa de desconto de empréstimo incremental, com a incorporação da inflação futura média projetada de 3,83%, apresentando a seguinte composição:

	31/12/2023	31/12/2022
Fluxo nominal		
Passivo de arrendamento	14.431	1.072
Juros embutidos	(3.548)	(87)
Total	10.883	984
Fluxo inflacionado		
Passivo de arrendamento	16.155	1.200
Juros embutidos	(5.272)	(215)
Total	10.883	984

14. Partes relacionadas

As operações com partes relacionadas decorrem, principalmente, de transações entre empresas do Grupo efetuadas de acordo com condições negociadas entre as partes.

Segue quadro das operações entre as partes relacionadas:

	31/12/2023	31/12/2022
Companhias - tipo de operação		
Passivo circulante		
Fornecedores		
Veneza Equipamentos Pesados S.A.	1.764	2.630
Veneza Equipamentos Sul Ltda.	861	600
Veneza Máquinas e Comercio Ltda.	81	11
Veneza Diesel Comércio Ltda.	60	86
V-Info Informática Ltda.	-	-
Visagio Consultoria Asses. e Desenv. Ltda.	-	-
Total	2.766	3.327

As transações com efeito no resultado estão demonstradas a seguir:

	Custos, despesas e ativo imobilizado		Receita de locação	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Veneza Equipamentos Pesados S.A.	47.591	179.233	218	-
Veneza Equipamentos Sul Comércio Ltda.	9.571	40.124	-	-
Veneza Máquinas e Comercio Ltda.	10.486	5.138	-	-
Veneza Diesel Comércio Ltda.	311	842	-	-
Veneza Locações Ltda.	64	61	-	-
Visagio Consultoria Asses. e Desenv. Ltda.	1.922	200	-	-
V-Analytics Consultoria em Gestão Ltda.	307	121	-	-
V-Info Informática Ltda.	649	101	-	-
Total	70.901	225.820	218	-

Termos e condições de transações com partes relacionadas

A Companhia adquire de forma recorrente máquinas, equipamentos, peças e serviços das empresas destacadas acima, que podem exercer influência econômica e política significativas em sua gestão. Em paralelo, ocasionalmente algumas dessas empresas alugam máquinas e equipamentos da Companhia de forma pontual e em condições em linha com o mercado.

As transações seguem a Política de Transações com Partes Relacionadas vigente entre as empresas.

Remuneração do pessoal-chave da administração da companhia

A remuneração total paga aos administradores da Companhia foi de R\$ 2.232 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 975 em 31 de dezembro de 2022).

Avais e garantias

As operações para empréstimos e financiamentos perante instituições contábeis são em sua maioria, lastreadas por aval e alienação fiduciária da Companhia.

Outras operações com partes relacionadas

A VRental Locação de Máquinas e Equipamentos S.A. utiliza o espaço físico da Veneza Equipamentos Pesados S.A. para a guarda de máquinas e peças e execução de certas atividades operacionais. Não há contrato de locação firmado entre as partes ou pagamento de contraprestação pela utilização do referido espaço físico.

15. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 239.167 (R\$ 239.167 em 31 de dezembro de 2022), representados por 31.376.303 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. A composição acionária é demonstrada a seguir:

	31/12/2023		31/12/2022	
	Número de ações	Participação %	Número de ações	Participação %
Acionistas controladores	18.408.600	59%	18.408.600	59%
Outros	12.967.703	41%	12.967.703	41%
Total	31.376.303	100%	31.376.303	100%

Em abril de 2022 foram integralizados R\$ 10.300, sendo R\$ 9.013 pela V8 Partners Holding Ltda. e R\$ 1.287 pela VSG Rental Participações Ltda., mediante a emissão de 10.300.000 novas ações. Ainda em abril de 2022 o capital social foi aumentado em R\$ 4.000, sendo R\$ 3.500 pela V8 Partners Holding Ltda. e R\$ 500 pela VSG Rental Participações Ltda., mediante a emissão de 4.000.000 novas ações, totalmente integralizadas no mesmo mês.

Em agosto de 2022 o capital social foi aumentado em R\$ 195.160 pelo VSG II Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia, mediante a subscrição de 6.690.420 novas ações, cuja integralização ocorreu até dezembro de 2022.

Em dezembro de 2022 foi homologado o aumento do capital social em R\$ 20.007 pelo VSG II Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia, mediante os exercícios de bônus de subscrição emitidos pela companhia entre agosto e dezembro de 2022, totalizando a subscrição de 685.883 novas ações.

Entre agosto e dezembro de 2022 a companhia incorreu em custos de transação de capital no montante de R\$ 9.526, decorrente de assessoria jurídica e comissões de estruturação da operação.

O capital social está representado exclusivamente por ações ordinárias e cada ação ordinária dá o direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

b) Bônus de subscrição

Em abril de 2022 foram emitidos bônus de subscrição em duas séries em favor de VSG II Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia, pelo preço total de aquisição de R\$ 2.

Os bônus foram exercidos entre agosto e dezembro de 2022, viabilizando o aumento do capital social em R\$ 20.007 pelo VSG II Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia.

Em agosto de 2023 foram emitidos bônus de subscrição, conferindo aos titulares o direito de subscrever até 686.136 ações ordinárias da Companhia. Este bônus poderá ser exercido a qualquer momento a partir de 31 de agosto de 2025, até a data limite de 31 de agosto de 2028. A emissão dos bônus de subscrição tem por objetivo a captação de recursos e o alinhamento de interesses com investidores estratégicos.

c) Destinação do resultado

Conforme previsto no Estatuto Social, os acionistas da Companhia terão direito a um dividendo anual de pelo menos 0,1% do lucro líquido do exercício ajustado na forma do Artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76).

d) Adiantamento para futuro aumento de capital

Em dezembro de 2023, a Companhia possui o montante de R\$ 5.619, referente a adiantamentos realizados para futuros aumento de capital.

16. Receita líquida

	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional bruta		
Receita de locação	243.943	72.687
Receita de locação a faturar	4.137	20.037
Receita de venda de seminovos	7.705	5.494
Total	255.785	98.218
Deduções de vendas		
Tributos sobre vendas	(22.599)	(8.509)
Devoluções	(85)	-
Total	(22.684)	(8.509)
Receita operacional líquida	233.101	89.709

A Companhia possui receita de prestação de serviços apenas relacionados a contratos de clientes firmados no Brasil. A divulgação por tipo de receita está divulgada na Nota Explicativa nº 3.1.

Parte da receita é proveniente da venda de máquinas e equipamentos do Ativo Imobilizado, reconhecida como venda de seminovos.

17. Receitas (despesas) por natureza

Os custos e as despesas operacionais têm a seguinte composição por natureza de gasto:

	31/12/2023	31/12/2022
Por função		
Custo de locação	(133.584)	(47.959)
Despesas com venda	(12.048)	(3.510)
Despesas gerais e administrativas	(27.579)	(13.908)
Outras receitas operacionais, líquidas	4.904	531
Total	(168.307)	(64.846)
Por natureza		
Gastos com pessoal	(23.169)	(9.326)
Serviços prestados -terceiros	(4.805)	(2.656)
Custos logísticos	(6.180)	(3.186)
Serviços de manutenção	(28.064)	(7.048)
Depreciação e amortização	(78.933)	(28.485)
Amortização direito de uso	(1.887)	(507)
Custo com preparação de locação	(655)	(1.203)
Custo na venda ou baixa de imobilizado	(7.189)	(5.293)
Despesas com viagens	(6.004)	(3.197)
Provisão para baixa de imobilizado	-	(1.403)
Provisão PDD	(4.922)	(101)
Outras receitas (despesas), líquidas	(6.499)	(2.441)
Total	(168.307)	(64.846)

18. Resultado financeiro

	31/12/2023	31/12/2022
Receitas financeiras		
Aplicações financeiras	11.387	6.444
Instrumentos financeiros derivativos	-	652
Variações monetárias e cambiais, líquidas	608	-
Total	11.995	7.096
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(98.568)	(41.017)
Despesas com consórcio	(7.373)	-
IOF	(1.070)	(1.409)
Instrumentos financeiros derivativos	(4.562)	-
Outras despesas financeiras	(5.389)	(136)
Total	(116.962)	(42.562)
Resultado financeiro	(104.967)	(35.466)

19. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferida

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Resultado antes da contribuição social e do imposto de renda	(40.173)	(10.603)
Alíquota fiscal combinada de IRPJ e CSLL	34%	34%
Expectativa de despesa de IRPJ e CSLL	-	-
Adições/Exclusões temporárias, líquidas	13.615	3.511
Total	-	-
Corrente	-	-
Diferido	13.615	3.511
Alíquota efetiva	33,9%	33,1%

	31/12/2023	31/12/2022
Diferidos		
Imposto de renda	13.190	3.179
Contribuição social	4.748	1.145
Total	17.938	4.324

A composição das bases do imposto de renda e da contribuição social diferidos está demonstrada a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
Ativo		
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	78.523	25.567
Passivo		
Provisões	1.706	35
CPC 47 Tributos	760	630
CPC 47 Receita	(8.219)	(6.813)
Diferença entre depreciação contábil e fiscal	(54.832)	(15.095)
Total	17.938	4.324

A expectativa de realização dos impostos diferidos ativos, aprovada pela administração está assim apresentada:

	31/12/2023	31/12/2022
2025	5.703	4.324
2026	12.235	-
Total	17.938	4.324

20. Resultado por ação

O resultado básico e diluído por ação é calculado mediante a divisão do lucro/prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria. A Companhia não possui ações em tesouraria e nem outros eventos potencialmente diluidores nos períodos apresentados.

	31/12/2023	31/12/2022
Prejuízo atribuível aos acionistas da companhia	(26.558)	(7.092)
Média ponderada de ações ordinárias emitidas	31.376.303	21.562.014
Prejuízo básico e diluído por ação (em reais)	(0,85)	(0,33)

21. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

Os ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, em uma das seguintes categorias a seguir, de acordo com sua natureza e finalidade: **(i)** a valor justo por meio do resultado; **(ii)** valor justo por meio de outros resultados abrangentes; e **(iii)** custo amortizado. A Companhia considerou dois fatores para definir a classificação dos ativos financeiros: o modelo de negócio no qual o ativo financeiro é gerenciado e suas características de fluxos de caixa contratuais. A Companhia não possui ativos classificados pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Os passivos financeiros são classificados no reconhecimento inicial ao: **(i)** custo amortizado; ou **(ii)** mensurado ao valor justo por meio do resultado.

Os valores constantes nas contas do ativo e passivo estão representados substancialmente por caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, empréstimos e financiamentos e fornecedores. O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Em 31 de dezembro de 2023, não havia diferença significativa entre os valores contábeis e os de mercado para os instrumentos financeiros da Companhia.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado, bem como na avaliação da situação econômico-financeira das instituições envolvidas. Os principais passivos financeiros da Companhia referem-se a fornecedores e empréstimos. O principal propósito desses passivos financeiros é captar recursos para as operações da Companhia. A Companhia possui contas a receber de clientes e depósitos à vista e a curto prazo que resultam diretamente de suas operações.

A administração da Companhia supervisiona a gestão desses riscos para garantir que as atividades em que se assumem riscos financeiros sejam regidas por políticas e procedimentos apropriados e que os riscos financeiros sejam identificados, avaliados e gerenciados de acordo com as políticas e disposição para risco da Companhia. A Companhia não participa de quaisquer operações com derivativos para fins especulativos.

Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam os seguintes riscos: de taxa de juros, risco cambial e risco de preço, entre outros. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem empréstimos a pagar.

As análises de sensibilidade nas seguintes seções referem-se à posição em 31 de dezembro de 2023.

As análises de sensibilidade foram preparadas com base no valor da dívida líquida, no índice de taxas de juros fixas em relação às taxas de juros variáveis da dívida existentes em 31 de dezembro de 2023.

As seguintes premissas foram adotadas no cálculo das análises de sensibilidade:

- A sensibilidade do balanço patrimonial refere-se aos instrumentos de dívida disponíveis para venda; e
- A sensibilidade do respectivo item da demonstração do resultado é o efeito das mudanças assumidas conforme os respectivos riscos do mercado e tem por base os ativos e passivos financeiros mantidos em 31 de dezembro de 2023.

Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia possui aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos indexados à variação do CDI e TJLP. A exposição destes ativos e passivos à taxa variável é monitorada pela administração da Companhia que acompanha a variação das taxas, com o propósito de ajustar, se necessário, as tarifas de aluguel para mitigar essas flutuações. Adicionalmente, o saldo de equivalentes de caixa e aplicações financeiras da Companhia são também indexadas à variação do CDI.

Análise de sensibilidade

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras e nos empréstimos, financiamentos aos quais a Companhia estava exposta na data base de 31 de dezembro de 2023, foram definidos 3 cenários diferentes com base em projeções divulgadas por instituições financeiras. Foi obtida a projeção do CDI para os próximos 12 meses, considerando o percentual de 12% e este definido como cenário provável, a partir deste, foram calculadas variações de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculado o “resultado financeiro” não levando em consideração a incidência de tributos sobre os rendimentos das aplicações financeiras e o fluxo de vencimentos de cada contrato.

A data base utilizada da carteira e dos empréstimos e financiamentos foi 31 de dezembro de 2023, projetados por um ano e verificando a sensibilidade do CDI com cada cenário.

Operação	Risco	Exposição em 31/12/2023	Cenário provável	Cenário possível	Cenário remoto
Ativos financeiros			12%	9%	6%
Caixa e equivalente de caixa	Redução do CDI	60.057	7.207	5.405	3.603
Aplicação financeira	Redução do CDI	8.865	1.064	798	532
Receita financeira			8.271	6.203	4.135
Passivos financeiros					
Empréstimos e financiamentos	Aumento do CDI Indexado	479.264	12%	15%	18%
Despesas financeiras			65.046	76.410	87.774

Risco de crédito

A Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras em diversas instituições contábeis e vendas serviços para diversos clientes, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito. Para reduzir esse tipo de risco e para auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora as contas a receber de clientes realizando diversas ações de cobrança, incluindo a interrupção dos fornecimentos de produtos serviços, caso o cliente deixe de realizar seus pagamentos.

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente. Os clientes da Companhia são pulverizados, sendo que o maior cliente representa 13% do total das contas a receber em 31 de dezembro de 2023 (12% em 31 de dezembro de 2022). A Companhia não considera que seus recebíveis estejam concentrados e a Diretoria realiza análises periódicas visando pulverizar seus recebíveis e suas receitas.

Como mitigante para a inadimplência dos contratos de locação, considera-se a alta liquidez da frota no caso de rescisões contratuais, recebíveis e suas receitas. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. O risco de crédito da data das informações contábeis foi:

Exposição ao risco de crédito	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e equivalentes de caixa	60.057	100.444
Aplicações financeiras	8.865	4.497
Contas a receber	52.967	32.649
Outros ativos	5.269	1.866
Total	127.158	135.062

Risco de liquidez

A administração analisa as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ela tenha caixa suficiente para sua operação. A administração entende que a Companhia tem plena capacidade de honrar seus compromissos financeiros. A Companhia avaliou sua posição de caixa atual e projetada e considera dispor de liquidez suficiente para seguir cumprindo com suas obrigações.

Os passivos financeiros, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data da demonstração contábeis e a data contratual do vencimento.

	Total em 31/12/2023	Menos de 6 meses	Entre 6 e 12 meses	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Mais de 5 anos
Fornecedores	9.873	9.790	54	29	-	-
Empréstimos e financiamentos	630.572	95.326	95.418	182.161	257.667	-
Contas a pagar de arrendamento	10.798	1.713	1.730	3.391	3.964	-

Frente ao cenário de passivo circulante superior ao ativo circulante, a Companhia possui linhas de crédito pré-aprovadas a custo competitivo e espera obter geração de caixa operacional suficiente para honrar com os compromissos, explicada pelas altas margens operacionais na visão caixa.

Valor justo

As mensurações de valor justo são classificadas nas categorias Níveis 1, 2 e 3, descritas a seguir, com base no grau com que os dados e informações para as mensurações do valor justo são observáveis e na importância dos dados e informações para a mensuração do valor justo em sua totalidade.

	31/12/2023	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos				
Valor justo por meio do resultado				
Aplicações financeiras	8.865	-	8.865	-
Passivos				
Valor justo por meio do resultado				
Derivativos - Swap	(9.602)	(9.602)	-	-

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- **Nível 1 – Mercado Ativo**

Preço – Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.

- **Nível 2 – Sem Mercado Ativo**

Técnica de Avaliação – Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.

- **Nível 3 – Sem Mercado Ativo**

Inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (*inputs* não observáveis). Para 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 a Companhia não possuía nenhum instrumento financeiro classificado nesta categoria.

Gestão do capital social

Para atender a sua estratégia de expansão, a Companhia requer capital intensivo de longo prazo para financiamento da frota, no sentido de garantir a continuidade operacional. Para tanto, tem buscado assegurar uma classificação de crédito da melhor qualidade, de forma a conquistar a confiança e solidez que as instituições contábeis requerem para as empresas que atuam no segmento, bem como a manutenção de limites de créditos junto a essas Instituições, compatíveis com o seu planejamento estratégico para crescimento.

O nível de endividamento da Companhia em relação ao patrimônio líquido está demonstrado a seguir:

	Notas	31/12/2023	31/12/2022
Empréstimos e financiamentos		630.572	489.682
Arrendamento a pagar		10.798	984
(-) Caixa e equivalentes de caixa		(60.057)	(100.444)
(-) Aplicação financeiras		(8.865)	(4.497)
Crédito de consórcio		(11.410)	(-)
Dívida líquida (i)	(a)	561.038	385.725
Patrimônio líquido (ii)	(b)	200.037	220.976
Dívida líquida/Patrimônio líquido (a/b)	(a/b)	280%	175%

(i) A dívida líquida não é uma medida contábil reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelas IFRS, não sendo revisada pelos auditores independentes.

(ii) O patrimônio líquido inclui todo capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital.

22. Cobertura de seguros

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. As coberturas foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, considerando a natureza de sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possuía apólices de seguro contratadas com terceiros, cuja natureza e cobertura estão indicadas a seguir: Seguros para bens do ativo imobilizado, no montante de R\$ 669.154, sendo o vencimento da apólice agosto de 2024. O contrato será renovado com termos e coberturas equivalentes.

23. Eventos subsequentes

Em janeiro de 2024 a Companhia firmou um novo contrato junto a instituições financeiras para captação de empréstimos com a finalidade de aquisição de máquinas e equipamentos, no montante de R\$ 60.000. Adicionalmente, foram contratadas operações com derivativos no mesmo montante para fins de adesão ao sistema de proteção contra riscos financeiros da dívida da companhia.

* * *